ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 148 22 -PLACIC CIS 2023; E TERMO APROVAÇÃO ATOS

Súmula: Dispõe sobre os Programas, Projetos, Ações e Atividades do PLACIC - Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum para Elaboração Orçamentária do Consórcio Intermunicipal de Saúde para o exercício de 2023.

O Conselho Diretor do CIS Amcespar aprovou, e eu, Presidente, Promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º - Esta Resolução estabelece as Diretrizes Gerais do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum para elaboração Orçamentária do Consórcio Intermunicipal de Saúde- CIS Amcespar, relativo ao exercício financeiro de 2023, de acordo com os Programas, projetos, ações e atividades especificadas em seu anexo I.

Art. 2º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece as normas quanto às finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Art. 3º - Não poderão ser fixadas as despesas da Entidade sem que apresentem definição as devidas fontes de recursos, observada também orientação do artigo 8º da Lei 101 quanto à execução orçamentária e cumprimento de metas.

Art. 4º - Os recursos ordinários do CIS Amcespar somente serão programados para a realização de despesas de capital após o atendimento das despesas com Pessoal e Encargos sociais, Serviços de Terceiros e as demais Despesas de Custeio Administrativo e Operacional.

Art. 5º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Resolução, somente serão incluídos Créditos Adicionais Especiais, se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

Art. 6º - No Orçamento, a discriminação das despesas será efetuada por Órgão e Unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática, desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, em observância aos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Único - O orçamento incluirá os seguintes demonstrativos, e em consonância à orientações demonstradas pelo Tribunal de Contas do Estado:

I - Da RECEITA que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - Do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

III - Outros anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente.

Art. 7º - As metas ou prioridades definidas pelo CIS Amcespar e aprovadas pelos Conselhos que compõem a estrutura do CIS Amcespar - para a programação orçamentária são as constantes do Anexo I desta Resolução.

Art. 8º - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia da receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas, constantes da Lei Complementar 101 de 2000.

Art. 9º - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do CIS Amcespar promover-se-á ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira; Isso segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I art. 4º da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art.10º - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

Às obrigações Constitucionais e legais do CIS;

Despesas fixas com pessoal e encargos sociais.

Art. 11º - Para efeito do disposto no art. 42 da lei complementar 101/2000 referente restos a pagar:

considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênera.

No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissos apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o lavrado na pactuação.

Art. 12º - O CIS Amcespar deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação do orçamento, o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da lei complementar 101/2000.

Art. 13º - O controle de custos da execução do Orçamento será efetuado a nível de Unidade orçamentária com o Desdobramento nos Projetos e Atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art.14º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, e revogam-se as disposições em contrário.

Irati-PR, em 24 de agosto de 2022.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK

Presidente do CIS Amcespar

Propostas para o PLACIC para o exercício de 2023:

Em observação também à Lei de Transparência, manter-se as possíveis práticas quanto às orientações, propagações com referência à saúde: em se tratando de informações, amplitudes de dados, prevenções, campanhas socioeducativas, divulgações das ações especializadas.

Manter o desenvolvimento de ações voltadas à locação civil de prestação de serviços especializados em saúde através da realização de Chamamento Público por meio de Credenciamento de Profissionais das diversas áreas especializadas em saúde; realização de atendimentos especializados em saúde, propiciados através de Contratualizações e/ou Convênios ou outros elos legais com Entidades públicas ou privadas, preferencialmente filantrópicas e sem fins lucrativos.

Auxiliar a administração de fontes de recurso dos Entes Consorciados para custeio de cumprimentos de metas em serviços referentes às cirurgias eletivas ambulatoriais e hospitalares.

Adquirir materiais de consumo para os atendimentos em saúde, para uso médico e de enfermagem, ambulatorial/hospitalar, odontológico, bem como se necessário, referente ao enfrentamento de situações emergenciais e adversas de saúde para uso do Consórcio e nos municípios e aquisição de materiais para os setores administrativo e operacional, através do Programa de Aquisição Complementar Compartilhada - PACC.

Adquirir recursos audiovisuais como equipamentos permanentes, e demais materiais em geral para reposições, composições e manutenções em geral, para Programas de Saúde.

Manter e ampliar serviços, programas e atividades correspondentes ao funcionamento do Consórcio, como o Contrato CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, Órteses e Próteses Ortopédicas, Oftalmológicas e Ostomias, material médico hospitalar.

Manter os Convênios de Programas Estaduais; manutenção de seguimentos, adaptações, e resoluções de trabalhos de pessoa jurídica em saúde especializada voltada a consultas, exames, procedimentos, sessões de atendimentos técnicos profissionais, levando em consideração orientações de Chamamentos Públicos elaborados pelo CIS para os serviços necessários.

Manter os atendimentos ambulatoriais referente a consultas, exames, pequenas cirurgias, procedimentos, Práticas Integrativas Complementares em Saúde, realização de Teste Rápido para detecção de doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais e PPD (pneumologia).

Manter o Ambulatório MACC quanto às diretrizes de Convênio Estadual, nas linhas de cuidado prioritárias do Estado: Gestante, Criança, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa e Saúde Mental; em conformidade com regulamento, programação e pactuação com a SESA-PR em planejamento com os Municípios Consorciados.

Manter o Ambulatório para tratamento de feridas, com aquisição de material e contratação de serviços.

Manter e ampliar o atendimento odontológico especializado a pacientes especiais, endodontia, prevenção do câncer bucal, cirurgia oral menor, periodontia, dentística, manutenção e conservação dos demais serviços referentes ao custeio quanto ao prédio sede CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), quanto aos seus bens móveis, e demais aquisições dos materiais diversos para o devido funcionamento do Programa CEO. Inclusão de novas especialidades segundo necessidade, demanda, planejamento e oportunidade para administração pública.

Manter e ampliar de laboratório de próteses odontológicas, quanto ao custeio, aquisições de materiais, bem como serviços profissional e operacional necessários para as confecções, em conformidade com Regulamento de Recursos Federal e dos Consorciados.

Manter e ampliar o Programa Itinerante de diagnóstico de câncer como serviço para atendimento aos pacientes nos municípios consorciados.

Manter a integração, acompanhamentos e controles referentes aos Sistemas de Processamento de Dados visando adequações e melhorias necessárias para a busca da eficiência, eficácia. Aquisição de software e hardware para a proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, no que diz respeito aos serviços administrativos e agendamentos/atendimentos sistematizados de saúde, suas devidas observâncias quanto utilidades pelo CIS, Consorciados e Prestadores de Serviços de Saúde.

Manter as atividades da unidade orçamentária referente aos trabalhos realizados pela Administração Pública do CIS.

Contratar pessoal para ampliação de serviços através de Seleção pública competitiva para o Cis Amcespar.

Disponibilizar treinamentos, cursos, conferências, reciclagens de Pessoal, diárias para deslocamentos, ressarcimentos de despesas devidos pelo CIS Amcespar.

Adquirir móveis e equipamentos de natureza patrimonial público, ampliação das Unidades do CIS bem como na Construção do Prédio da Unidade de Saúde Especializada do Consórcio.

Captar recursos financeiros, através de acordos com demais esferas da administração para fins de ampliação de oferta de serviços, planejamentos, análises de práticas quanto ao funcionamento de parcerias, auxílios para os possíveis atendimentos da demanda da região.

Realizar o serviço de manutenção/conservação de bens móveis, veículos, adaptações, reparos de bem imóvel, e manutenção de serviços, como água/esgoto, luz, telecomunicação, internet, vigilância monitorada, das Unidades do Consórcio.

Discutir e planejar ações necessárias para a implantação de Casa de Apoio, com serviços voltados a locação de imóvel, aquisições de materiais permanente, de consumo e contratação de empresa para prestação de serviços como suporte para a utilização por pacientes dos municípios consorciados.

Manter os serviços direcionados a transportes de pacientes através da utilização de Veículos de passageiros como ônibus, van e ambulância- referente Programas CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), conforme possibilidade de recurso do programa, bem como através do Programa de Apoio ao Transporte Sanitário no que diz respeito aos recursos dos Consorciados, e devidos Planos de Aplicações Contratuais. Seguimento referente

transportes de pacientes em atendimentos ao “Teste da Orelhinha”, “Doações de Sangue”, os Serviços voltados ao Hospital Erasto Gaertner e demais rotas que se fizerem necessárias dentro do serviço de saúde.

Manter o Programa CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), direcionado a serviços de locação de imóvel, e demais serviços de pessoa jurídica relacionados à manutenção administrativa e atendimentos em saúde e profissionais, além das demais aquisições de materiais referente a custeio, e diárias, voltados à manutenção e atendimentos de pacientes que compõem o “quadro da Saúde Mental”.

Manter a ampliar o serviço de apoio complementar aos municípios consorciados na contratação de empresas prestadoras de serviços na área de saúde, através do Programa de Apoio de Serviços em Saúde – PASS.

Contratualizar serviços e programas novos à disposição do Cis Amcespar, de natureza a atender serviços de saúde, com a previsão de custos indiretos ou despesas diretas de pactuação ou contrapartidas operacionais.

Contratar serviços de transporte, para os servidores do CIS e dos municípios consorciados.

Contratar serviços de locação de estande em espaços de eventos relacionados à saúde.

ANEXO - I

PROGRAMA 0001 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Código	Descrição da Ação	Metas
001	Manutenção das Atividades Administrativas do CIS Amcespar	<p>1 - Trabalhar perante o planejamento, almejando melhor desempenho operacional, desenvolver e coordenar as atividades administrativas, acompanhar o funcionamento do CIS Amcespar;</p> <p>2- Ampliar, integrar, manter, acompanhar e adequar os Sistemas de Processamento de Dados cujos agendamentos e efetivações de serviços em sistemas que são realizados pelas Secretarias Municipais de Saúde dos Consorciados, bem como pelos Prestadores de Serviços em saúde;</p> <p>3 - Adquirir hardware e software, manter e ampliar os serviços de locação de impressoras e Sistemas Administrativos em Saúde como forma de adaptações e adequações de ferramentas operacionais.</p> <p>4- Manter das atividades da unidade orçamentária administrativa.</p> <p>5- Realizar seleção pública competitiva para contratação de pessoal, contratações conforme a necessidade da administração pública.</p> <p>6- Contratar serviços também quanto à consultorias, auditorias médicas, odontológicas, e outras; Quando necessário, locação de estande em espaços de eventos relacionados a saúde.</p> <p>7- Treinar e Reciclar Pessoal, concedendo diárias para alimentação e hospedagem, locomoção ou ressarcimento de despesas.</p> <p>8-Manter atualizado o Plano de Carreira, Cargos e Salários do CIS e decorrentes de obrigações legais previstas;</p> <p>9-Adquirir, conservar e manter o mobiliário, materiais, aparelhos e equipamentos para do patrimônio do CIS;</p> <p>10-Zelar pelas unidades para melhor adequação e atendimento aos programas/serviços e aos usuários do CIS Amcespar,</p> <p>11-Contratar serviços administrativos e técnicos em saúde através de terceirizações, de empresas responsáveis por integrações (Empresa x Escola) e por Credenciamento, bem como requisição de pessoal dos entes consorciados.</p> <p>12 – Referente Obras, colaborar quanto à execução, como contrapartidas, reformas, ampliações, e conservar Unidades do CIS Amcespar.</p> <p>13 -Contratar serviços de manutenção e de vigilância predial para as Unidade do CIS Amcespar.</p> <p>14- Contratar serviços em atenção ambulatorial especializada em saúde nas diversas áreas através de Chamamento Público.</p> <p>15- Manter atualizados os cadastros e pagamentos de prestadores de serviços e fornecedores de materiais.</p> <p>16-Realizar visitas e/ou reuniões periódicas para planejamento, avaliação, controle e análises dos serviços, quanto a eficiência, eficácia, alterações, correções junto às Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde.</p> <p>17- Realizar eventos com direcionamentos e orientações voltadas à saúde, campanhas socioeducativas, preventivas e comemorativas.</p> <p>18 – Contratar serviços no que se refere a transporte, depois de verificada orientação conforme Legislação de diárias pessoal civil, para os servidores do CIS e dos municípios consorciados.</p>

PROGRAMA 0002 - ASSISTÊNCIA MÉDICO - SANITÁRIA ESPECIALIZADA

Código	Descrição da Ação	Metas
002	Atividades Médicas Especializadas do CIS Amcespar	<p>1 - Desenvolver atividades relacionadas à assistência médica especializada e atendimentos complementares alternativos em saúde. Realizando: consultas, sessões de atendimentos, exames de apoio diagnóstico, terapias individuais e em grupos de pacientes, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos em ambiente hospitalar, atendimento profissional domiciliar, em conformidade com autorização do Ente consorciado.</p> <p>2 - Promover a resolubilidade com acompanhamento dos atendimentos referentes aos serviços prestados pelo CIS Amcespar.</p>
003	Atividades Complementares de Saúde	<p>Adquirir órteses e próteses oftalmológicas, ortopédicas e ostomias;</p> <p>Contratar serviços de hospedagens/locomoção/alimentação de pacientes em tratamento “fora de domicílio”.</p> <p>Adquirir material médico/hospitalar.</p> <p>4 – Contratar serviço de apoio complementar aos municípios consorciados através de empresas prestadoras de serviços na área de saúde, conforme Programa de Apoio de Serviços em Saúde – PASS.</p> <p>5 - Adquirir materiais de consumo para os atendimentos em saúde, para usos médico e demais necessidades de execuções para saúde, ambulatorial/hospitalar, odontológico, bem como se necessário, referente ao enfrentamento de situações emergenciais, adversas, e força maior, de saúde, para uso nos municípios através do Programa de Aquisição Complementar Compartilhada - PACC.</p>

PROGRAMA 0003 -PROGRAMAS DE SAÚDE

Código	Descrição da Ação	Metas
004	Atividades Referentes a Convênios, Contratos e Programas.	<p>1-Manter e ampliar os serviços em saúde através de programas existentes referentes a Convênios como Transferência Voluntária Estadual , CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), Contratualizações referentes ao CEO (Centro Especializado Odontológico), do SUS, em atendimentos voltados a aquisições de Órteses e Próteses, Próteses dentária, realizações de exames e procedimentos em saúde, consultas especializadas de acordo com a programação autorizada, cirurgias eletivas hospitalares, atendimentos complementares alternativos, fisioterapia, psicologia, nutrição, assistência social, fonoaudiologia, pedagogia, Ambulatório para tratamento intervencionista dor.</p>

		<p>2-Manter os serviços especializados de Programa Estadual nas linhas Prioritárias do Estado no Modelo de Atenção às condições crônicas –3 – Disponibilizar transporte para pacientes voltados ao programa CAPS do CIS, também para a realização de Teste da Orelhinha de pacientes bebês, para a locomoção de pacientes para doação de sangue, Serviços voltados ao Hospital Erasto Gaertner, e ainda para os atendimentos em consultas, exames e procedimentos de saúde;</p> <p>4 - Conservar e ampliar a frota CIS, através de aquisições, cessões, doações, e/ou conforme necessidade.</p> <p>3-Realizar Contratos e/ou Convênios com entidades públicas ou privadas, tendo preferência, as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.</p>
005	Programa Odontologia Especializada	<p>1-Manter e ampliar o CEO- Centro de Especialidades Odontológicas- com atendimentos de endodontia, pacientes com necessidades especiais, preventivo do câncer bucal, periodontia, cirurgia menor oral, dentística; conforme a demanda dos consorciados e em conformidade com o Ministério da Saúde.</p> <p>2-Manter o laboratório de próteses odontológicas, adquirir via recursos SUS e custeio dos Consorciados materiais para confecção de próteses odontológicas, bem como serviços profissionais técnicos e nível superior, ampliação dos atendimentos para realizações de maior número de próteses conforme programação pactuada de acordo com portarias Ministeriais.</p> <p>3-Adquirir materiais, equipamentos e serviços que possibilitem maior produtividade com melhores avaliações de resultados, objetivando a busca por acréscimos de repasses financeiros Federais, de acordo com Programas Ministeriais.</p>
006	Programa De Saúde Mental CAPS –Centro De Atenção Psicosocial	<p>1-Manter o Programa CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), de acordo com Portaria Ministerial que o estabelece, em conformidade com Plano de Trabalho e aplicação firmado através de termo de Contrato Municipal, com a realização de atendimentos a pacientes de Saúde Mental, e ainda a realização de demais serviços e aquisições de materiais direcionados às manutenções do Programa, concessão de diárias e locação de imóvel para fins do funcionamento do CAPS.</p>

TERMO DE APROVAÇÃO DE ATOS DERIVADO DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO DE PREFEITOS

Termo de aprovação de atos derivado da assembleia geral do conselho de prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde região AMCESPAR do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e dois, realizada às nove horas, via “web, através do aplicativo google meet”, no prédio do CIS Amcespar, sito à rua Dezenove de Dezembro, nº 280, em Irati-PR. Estavam presentes na assembleia a Presidente do CIS Amcespar: Exma. Cleonice Aparecida Kufener Schuck (e Prefeita de Fernandes Pinheiro), os demais Prefeitos representantes dos Entes Consorciados: Marcelo Leite (de Guamiranga), Celso Kubaski (de Imbituva), Edemétrio Benato Junior (de Inácio Martins), Jorge David Derbli Pinto (de Irati), Moacir Alfredo Szinvelski (de Mallet, e Tesoureiro do CIS), Luiz Everaldo Zak (de Rebouças, e Vice-Presidente do CIS). Também participaram da reunião os secretários municipais de saúde de Teixeira Soares Amauri Klossowski e de Rio Azul Cristiana Maria Schuvidak e funcionários do CIS: a Diretora Administrativa- Angela Maria da Cruz Cardoso, o Contador Lauro Stanski, a responsável pelo departamento de Recursos Humanos Bruna Fernanda Jacinto e a auxiliar da Administração Daniele Batista. (Anexo print de tela dos participantes). Durante a reunião que tem o intuito de aprovação do Orçamento Anual do Consórcio Intermunicipal de Saúde região AMCESPAR, para o exercício financeiro de dois mil e vinte e três (2023), e também mais uma pauta a qual refere-se à aprovação do Conselho quanto à Alteração no Orçamento do CIS do corrente ano, com uma criação de crédito Especial para a despesa de pessoal referente ao PSS. Inicialmente, a Diretora do CIS se pronuncia com acolhidas, e tece as explicações aos presentes sobre o funcionamento dos contatos primeiros com cada ente Consorciado, para os aspectos iniciais da realização de previsões orçamentárias. Isso acontece através dos Secretários Municipais de Saúde, para se chegar até o objetivo final, quanto aos resultados das previsões de cada uma das Secretarias Consorciadas. Foram assim enviadas informações, através de “planilhas”, com dados numéricos e financeiros, que houve possibilidade de suporte para se chegar a levantamentos de pretensões referente despesas para o próximo ano (exercício 2023). Em tais documentos foram feitas citações de detalhes das eventuais despesas que dizem respeito a aspectos fixos administrativos, de acordo com índices de participação de cada ente, quanto ao funcionamento do CIS. Despesas essas que se enquadram em pessoal/encargos sociais, investimentos e outras despesas de custeio; O modelo em tela apresenta ainda detalhes quanto às exposições de dados no que se refere às despesas de custeio de serviços e materiais de saúde, ditas variáveis, ou seja, despesas essas que seguem em restrita obediência à programação e autorização de cada Município Consorciado, como exemplo as consultas, exames, cirurgias. Angela Maria dá continuidade e fala também sobre as demais origens de recursos que fazem parte do funcionamento do Consórcio, e então, além das fontes dos Municípios Consorciados, compõem o rol de recursos do CIS: os repasses financeiros quando se fala da esfera Federal, quanto aos Programas SUS e CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), que são provenientes do Ministério da Saúde. Tal fato refere-se à Contratualização Estadual com a SESA (Secretaria de Estado da Saúde-PR). Além também do Contrato intermediado pela Prefeitura Municipal de Irati – no que diz respeito ao Programa de Saúde Mental CAPS (Centro de Atenção Psicossocial); mais outra fonte de recurso, com a viabilização de repasse estadual, diz respeito a Convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, quanto ao Programa Qualicis. Na sequência das exposições, continua a mostrar dados representados em valores em real; E fala quanto às estimativas de receitas e fixações de despesas para a análise e aprovação para o exercício de dois mil e vinte (2023). Mantém assim as explicações referente a elaboração orçamentária do CIS e mostra que, no que tange à estimativa de Receitas a composição é a seguinte: sejam elas, fazem parte a Receita Patrimonial, cuja origem são os Rendimentos financeiros conforme aplicações de valores de contas correntes. Para esse grupo se estima um total de R\$ 8.260,00 (oito mil, duzentos e sessenta reais); Nesse contexto das Receitas Correntes, existem as Transferências que são oriundas de Recursos SUS quanto ao Ministério da Saúde, citando-se o valor previsto de R\$ 1.762.025,88 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, vinte e cinco reais, e oitenta e oito centavos) quanto à fonte de recurso SUS 31369, que diz respeito também ao componente do grupo Laboratório de Próteses dentária-Programa CEO; Referente à fonte de recurso 496 CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), a Transferência estimada fica em R\$ 224.618,52 (Duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos), em conformidade com orientações através de Portarias Ministeriais referentes ao atendimento à Pacientes Especiais, pela “Rede Viver sem Limites” e PMAQ (Programa de melhoria de acesso e qualidade); Outra Transferência recebida pelo CIS diz respeito ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), cujo valor cita-se R\$ 397.035,00 (trezentos e noventa e sete mil, e trinta e cinco reais), que segue intermediado via Contrato CAPS, de fonte de recurso 357, acordado com a Prefeitura Municipal de Irati, vindo de repasse fundo a fundo. Já a previsão quanto ao aspecto Estadual gira em torno de Transferência voluntária de recurso, proveniente de fonte 368, através de Programa Estadual de Saúde que perfaz o valor de R\$ 1.320.515,76 (um milhão, trezentos e vinte mil, quinhentos e quinze reais, e setenta e seis centavos). Ainda nesse assunto, estão as Outras Receitas correntes, representando o valor de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) no que tange à fonte de recurso descentralizado 001 de livre movimentação. Na sequência quanto ao contexto, sobre a exposição das Transferências Correntes, faz referência aos valores originários de Transferências a Consórcios Públicos realizadas pelos Entes Consorciados. Expõe a existência de receitas relacionadas a Pessoal e Encargos sociais, as quais a fonte de código 377 estima o total de R\$ 3.142.851,48 (três milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais, e quarenta e oito centavos); já no que concerne às Outras Despesas de Custeio a fonte 378 soma R\$ 21.370.410,12 (vinte e um milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dez reais, e doze centavos). E ainda existe, quanto às Receitas de Custeio dos Consorciados, a referência à outra fonte de código 379 que diz respeito ao custeio do Frotas do CIS, cuja previsão é de R\$ 604.956,48 (seiscentos e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais, e quarenta e oito centavos). Posteriormente, menciona as Transferências ao Consórcio das Receitas de Investimentos, cuja fonte de recurso 380 de repasses dos Municípios traz o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que diz respeito ao patrimônio CIS quanto às aquisições de equipamentos e materiais permanente, e R\$ 24.000,00 quando se trata da questão de possibilidades de ampliações, reformas quanto a patrimônio obras; Enfim, no rol de investimentos, fala-se na previsão de R\$ 255.953,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e três mil reais) em receita de fonte Federal -376; E posteriormente continua as explanações, agora com relação à Fixação da Despesa orçamentária, e, ao iniciar, fala que, segundo as Categorias Econômicas há exposição da seguinte forma: Ao se levar em consideração os recursos gerados pelos Municípios Consorciados, essa compreende as Despesas Correntes, que segundo a fonte de Pessoal e Encargos sociais de código 377, o total fixado é R\$ 3.144.951,48 (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e um reais, e quarenta e oito centavos) e já as Outras Despesas Correntes perfazem R\$ 21.371.410,12 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e um mil,

quatrocentos e dez reais, e doze centavos), representadas pela fonte 378- demais despesas de custeio. E o valor R\$ 605.006,48 (seiscentos e cinco mil, seis reais, e quarenta e oito centavos) faz parte também de despesas de custeio, de fonte 379, direcionadas à Linha Saúde Frotas do CIS. Cabe explicar que as despesas de custeio compreendem os gastos que fazem parte de custo fixo administrativo do CIS, e aquelas que se referem ao custeio variável conforme avaliação e pronta aprovação de cada Secretaria de Saúde Consorciada; Além dessas fontes dos Entes Consorciados, há quanto aos repasses via esfera Federal, no que tange à fonte SUS, o valor de fixação de despesas de R\$ 1.763.825,88 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e oitenta e oito centavos), e referente à fonte CEO o valor fixado de R\$ 224.918,52 (Duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos); Quanto ao Programa CAPS intermediado pela Prefeitura de Irati, fixa para a fonte 357 o valor de R\$ 398.535,00 (trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais). Quanto as despesas referentes à fonte 368 de Convênio Estadual há a soma de total R\$ 1.321.515,76 (um milhão, trezentos e vinte e um mil, quinhentos e quinze reais, e setenta e seis centavos); E por final, a fonte de livre movimentação apresenta despesa de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Em seguida, o assunto volta-se às Despesas de Capital, onde a fixação designa o montante de R\$ 174.100,00 (cento e setenta e quatro mil, e cem reais), que engloba despesas direcionadas aos Consorciados através da fonte 380, que se voltam às despesas de obras e equipamento e material permanente. Prevê-se também quanto à aquisições de materiais permanentes para o CIS, as despesas de fonte 376 na esfera Federal, num valor de R\$256.353,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais); Ao concluir, salienta que para o exercício de dois mil e vinte e três a Previsão Orçamentária do CIS Amcespar resulta no valor de R\$29.261.216,24 (vinte e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, duzentos e dezesseis reais, e vinte e quatro centavos), sendo em consideração à Receita Estimada e Despesa Fixada. E em conformidade com o debatido, analisado e considerado em assembleia em questão, por conseguinte, os Prefeitos apresentam seus manifestos em concordância a tais valores explanados, e que se chegou à finalização do Orçamento do exercício de dois mil e vinte e três (2023). De tal modo, mediante as ponderações e debates existentes, decide-se enfim pela aprovação por unanimidade quanto ao Orçamento Geral do CIS Amcespar. Dessa forma, deliberam então pela concordância, e em conformidade com a efetivação das Resoluções do corrente ano, ainda também quanto ao PLACIC (Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum), cujas Metas e Plano de trabalho seguem abordadas e discutidas na mesma oportunidade da ocorrência da reunião, e que seguem em anexo a essa Lavratura. Por final, faz-se uso do momento para exposição das explicações sobre a necessidade de ajuste orçamentário através da criação de Crédito especial, mais especificamente na rubrica n 3.1.90.04.00.00, que diz especificamente a respeito à despesa de Contratação por Tempo Determinado. Explica que isso deve-se ao fato de realização pelo CIS de Processo Seletivo Simplificado que visou contratação de 2 Técnicos em Saúde Bucal, devido necessidades do CEO (Centro Especializado Odontológico). Dessa maneira ocorrerá repasse de recurso de origem dos Consorciados quanto à fonte de pessoal/encargos já com previsão no corrente ano, e termina ao falar da conformidade com regras do Tribunal de Contas do PR, e artigo quinto da Resolução do PLACIC do ano dois mil e vinte e um. Na sequência, a Presidente do CIS/Amcespar, agradece a presença de todos, e atenção e empenho. No final, o Conselho dialoga sobre as apresentações, e quanto ao crédito especial necessário para o presente exercício fazem as considerações finais, e apresentam manifesto de concordância, depois dos esclarecimentos.

CLEONICE KUFNER SCHUCK LUIZ EVERALDO ZAK

Prefeita de Fernandes Pinheiro Prefeito de Rebouças
Presidente o CIS Amcespar Vice-Presidente CIS Amcespar

MOACIR ALFREDO SZINVELSKI EDEMETRIO BENATO JUNIOR

Prefeito de Mallet Prefeito de Inácio Martins
Tesoureiro CIS Amcespar

JORGE DAVID DERBLI PINTO

Prefeito de Irati Prefeito de Guamiranga

MARCELO LEITE CELSO KUBASKI

Prefeito de Imbituva

LAURO STANSKI ANGELA

Contador CIS Amcespar

MARIA DA CRUZ CARDOSO

Diretora Administrativa CIS Amcespar.

Publicado por:

Daniele

Código Identificador:744532CF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/09/2022. Edição 2612
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>